



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CASTRO VERDE

Relatório de Autoavaliação

2022 – 2026

Equipa de Autoavaliação (EAA)

www.escastrverde.edu.pt

Índice

1. Nota Introdutória	4
2. Caracterização do Agrupamento de Escolas de Castro Verde	6
2.1 Recursos Humanos	7
2.1.1 Pessoal Docente	7
2.1.2 Técnicos Especializados	8
2.1.3 Pessoal Não Docente	8
2.2 População Discente	9
2.2.1 Distribuição	9
2.2.2 Caracterização	10
2.3 Apoios Socioeducativos	11
2.3.1 Ação Social Escolar	11
2.3.2 Medidas de Suporte à Inclusão (Decreto-Lei n.º 54/2018)	12
3. Autoavaliação	14
4. Liderança e Gestão	15
4.1 Visão estratégica e documentos orientadores	15
4.2 Gestão dos recursos	15
4.3 Comunicação interna e externa	15
4.4 Parcerias institucionais	16
5. Prestação do Serviço Educativo	16
5.1 Oferta Educativa	16
5.2 Plano Anual de Atividades	17
5.3 Programas, Clubes e Projetos de Referência	18
5.4 Promoção do Sucesso e Educação Inclusiva	19
6. Resultados	20
6.1 Resultados Académicos	20
6.2 Exames Nacionais do Ensino Secundário (2022/23 a 2024/25)	23
6.3 Resultados Sociais	26

6.4 Perceções da Comunidade Educativa	28
7. Análise SWOT	30
8. Contributos para o Plano de Melhoria	32
9. Considerações Finais	34

1. Nota Introdutória

A crescente autonomia das escolas, aliada às crescentes exigências decorrentes dos inúmeros desafios de uma sociedade global em constante transformação, tem colocado o ensino como um campo de intervenção prioritário, onde se aplicam instrumentos, metodologias e práticas orientadas para a garantia da qualidade. Nesse contexto, a autoavaliação revela-se fundamental para promover a qualidade educativa e fortalecer a capacidade de melhoria contínua das instituições escolares.

O processo de autoavaliação do Agrupamento de Escolas de Castro Verde insere-se no quadro legal definido pela Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro (alterada pelo artigo 182.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro), e pelo Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, que estabelecem a obrigatoriedade da avaliação interna como instrumento de autonomia e de garantia da qualidade educativa. Partindo do seu Projeto Educativo e da Carta de Missão, a Equipa de Autoavaliação (EAA) fundamenta-se também no Quadro de Referência do modelo de avaliação externa do Ensino Básico e Secundário, estruturado em quatro domínios: Autoavaliação, Liderança e Gestão, Prestação do Serviço Educativo e Resultados.

Nessa aceção, o presente relatório tem como objetivo central recolher, de forma sistemática e colaborativa, dados qualitativos e quantitativos sobre o funcionamento e os resultados do Agrupamento, envolvendo alunos, encarregados de educação, professores e pessoal não docente. A análise crítica dos pontos fortes servirá de alavanca para a consolidação de boas práticas, enquanto a identificação das áreas de melhoria orientará o Plano de Ações de Melhoria (PAM), com metas claras, intervenientes definidos e mecanismos de monitorização. Desta forma, pretende-se fomentar uma cultura de exigência e de responsabilidade partilhada, promovendo a eficácia, a eficiência e a inovação educativa, sempre com vista ao sucesso formativo de todos os alunos e ao reforço da qualidade do serviço público prestado pelo Agrupamento.

Este trabalho visa, por conseguinte, consolidar o tratamento e a análise dos dados recolhidos ao longo do período 2022–2026 (anos letivos 2022/23 a 2025/26). Para além de divulgar resultados e conclusões, procurou-se identificar os fatores de sucesso (pontos fortes) e as fragilidades (pontos fracos) do Agrupamento, reforçando a mobilização interna para a mudança e o sentido de autorresponsabilização.

Tendo em conta que não existe um modelo único de autoavaliação definido na legislação (Lei n.º 31/2002 e Decreto-Lei n.º 75/2008, com alterações posteriores), a EAA desenvolveu uma metodologia própria, ajustada à realidade e à cultura do Agrupamento, ainda que alinhada com os domínios preconizados para a avaliação externa das escolas. Para cobrir estas dimensões, recolheram-se

informações em documentos estruturantes, relatórios, entrevistas, atas de reuniões e bases estatísticas internas e externas, além da aplicação de inquéritos de satisfação à comunidade educativa.

A análise dos dados recorreu tanto a técnicas de análise de conteúdo como à estatística descritiva simples, conforme a natureza de cada informação, destacando os aspetos mais relevantes em cada área examinada. Com base neste diagnóstico organizacional, foi elaborada uma matriz SWOT, que servirá de suporte aos objetivos estratégicos a incluir no Plano de Melhoria da Escola.

Na sua organização, o relatório aproxima-se deliberadamente do quadro de referência do terceiro ciclo da Avaliação Externa das Escolas (IGEC), estruturado nos domínios da Autoavaliação, da Liderança e Gestão, da Prestação do Serviço Educativo e dos Resultados, de modo a facilitar a leitura cruzada entre a avaliação interna e o referencial externo. Assim, o documento estrutura-se em nove partes fundamentais:

- 1. Nota Introdutória** — Contextualiza o propósito do documento e apresenta o enquadramento legal e metodológico.
- 2. Caracterização do Agrupamento** — Fornece os dados essenciais sobre recursos humanos, população discente e apoios socioeducativos.
- 3. Autoavaliação** — Descreve o dispositivo de autoavaliação do Agrupamento, os instrumentos utilizados e as opções metodológicas seguidas neste ciclo.
- 4. Liderança e Gestão** — Examina a visão estratégica, a gestão dos recursos, a comunicação e as parcerias institucionais.
- 5. Prestação do Serviço Educativo** — Analisa a oferta educativa, a execução do Plano Anual de Atividades e os programas, clubes e projetos de referência do Agrupamento.
- 6. Resultados** — Apresenta os resultados académicos (taxas de sucesso e exames nacionais), os resultados sociais e as perceções da comunidade educativa.
- 7. Análise SWOT** — Sistematiza os pontos fortes, as fragilidades, as oportunidades e as ameaças identificados no diagnóstico organizacional.
- 8. Contributos para o Plano de Melhoria** — Sintetiza as áreas de intervenção identificadas, base de trabalho para o Plano de Ações de Melhoria.
- 9. Considerações Finais** — Encerra o documento com uma leitura global do período em análise e a perspetiva do ciclo seguinte.

Assim sendo, perspetiva-se que este documento possa contribuir para que, a partir dos resultados obtidos, todos os intervenientes do Agrupamento realizem uma reflexão conjunta e definam os objetivos estratégicos e as medidas de ação educativa a desenvolver no seio da comunidade escolar.

2. Caracterização do Agrupamento de Escolas de Castro Verde

O Agrupamento de Escolas de Castro Verde (AECV) foi constituído em 2013/2014 e tem como sede a Escola Secundária de Castro Verde, situada na vila de Castro Verde, concelho de Castro Verde. O Agrupamento integra sete estabelecimentos de ensino, ministrando a educação pré-escolar e os ensinos básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos) e secundário (cursos científico-humanísticos e cursos profissionais):

- Escola Secundária de Castro Verde;
- EB 2,3 António Francisco Colaço;
- Escola Básica n.º 1;
- Centro Escolar n.º 2;
- Jardim de Infância de Castro Verde;
- EB1/JI de Entradas;
- EB1/JI de Santa Bárbara dos Padrões.

As condições das infraestruturas dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico melhoraram significativamente nos últimos anos, apresentando atualmente um parque escolar renovado e ampliado, cujas condições proporcionam um bom ambiente de aprendizagem (refeitórios, salas de aula, bibliotecas, espaços exteriores, casas de banho, ar condicionado, equipamento informático e quadros interativos em todas as salas do 1.º ciclo), em particular no Centro Escolar n.º 2.

A Escola E.B. 2,3 Dr. António Francisco Colaço, instalada num edifício construído nos anos 60 (antigo Externato de Castro Verde), foi remodelada e ampliada em 1998. Desde então, as suas infraestruturas foram alvo de ações de manutenção pontuais, sobretudo no período em que a escola acolheu os alunos provenientes da Escola Secundária, aquando das obras de requalificação do edifício desta última. Atualmente, o edifício da Escola E.B. 2,3 necessita de obras de requalificação.

A Escola Secundária, por sua vez, foi sujeita a obras profundas de requalificação entre 2022 e 2024. Além das obras amplas de requalificação dos edifícios e da totalidade dos espaços exteriores, a “nova” Escola Secundária foi equipada com novo mobiliário, material informático e didático, ampla biblioteca, elevador, ar condicionado, auditório requalificado com lugares sentados, cozinha e refeitório completamente novos, e ampliação da zona social (cafetaria e bar).

2.1 Recursos Humanos

Apresenta-se, de seguida, uma caracterização do Agrupamento de Escolas no que diz respeito aos recursos humanos no período em análise.

2.1.1 Pessoal Docente

O quadro seguinte apresenta os dados relativos ao pessoal docente nos quatro anos letivos do período em análise:

Ano letivo	QA	QZP	Contratado	Formador	Total de docentes
2022/23	77	14	34	3	128
2023/24	79	15	28	3	125
2024/25	90	15	10	3	118
2025/26	91	5	13	2	111

Quadro 1 — Pessoal docente, por vínculo contratual (2022/23 a 2025/26)

Através do quadro, pode observar-se uma diminuição de 13,3% do número total de docentes em funções no Agrupamento ao longo do período (de 128 para 111). Em paralelo, destaca-se um reforço muito expressivo da estabilidade contratual: os docentes do Quadro de Agrupamento passaram de 77 para 91 (de 60% para 82% do total), enquanto o número de contratados desceu de 34 para 13. Esta evolução traduz-se numa maior retenção de professores efetivos e numa consequente redução da rotatividade, condições favoráveis à continuidade pedagógica e ao clima organizacional.

Ainda no que respeita à caracterização da população docente do Agrupamento, pode verificar-se uma forte tendência de envelhecimento no corpo docente do Agrupamento, com mais de 70% dos professores acima dos 50 anos. Esta situação exige especial atenção e apresenta-se como um desafio, nomeadamente ao nível do planeamento da renovação dos quadros, da integração de novos docentes e da gestão do conhecimento intergeracional.

A baixa percentagem de professores jovens indica ainda a necessidade de políticas de atração e retenção de profissionais em início de carreira, de modo a garantir a sustentabilidade e a vitalidade pedagógica do Agrupamento nos próximos anos.

Este perfil etário coloca desafios concretos à gestão: a aproximação simultânea de muitos docentes à idade de aposentação pode gerar descontinuidades em equipas e projetos e a perda de conhecimento institucional; a menor presença de docentes jovens condiciona a renovação geracional e a integração

de novas metodologias; e o elevado número de docentes com redução da componente letiva ao abrigo do artigo 79.º do ECD torna a distribuição de serviço particularmente exigente.

Em síntese, embora um corpo docente experiente constitua uma inegável mais-valia, o envelhecimento acentuado sem renovação equilibrada exige uma gestão atenta e proativa, bem como estratégias deliberadas de transmissão intergeracional de práticas e de atração de profissionais em início de carreira.

2.1.2 Técnicos Especializados

O quadro seguinte apresenta os técnicos especializados ao serviço do Agrupamento no período em análise:

Área	N.º
Psicólogos	2
Terapeutas	2
Informática	1
Técnicos de Intervenção Local	2

Quadro 2 — Técnicos especializados ao serviço do Agrupamento

O Agrupamento de Escolas dispõe de técnicos especializados em diversas áreas (psicologia e terapia da fala), dando um apoio significativo aos alunos para os quais foram mobilizadas medidas de promoção do sucesso educativo. Os técnicos ao serviço da comunidade escolar desenvolvem o seu trabalho em diversas frentes: apoio a docentes e turmas, orientação vocacional, sessões de esclarecimento, equipa EMAEI, entre outras.

As Técnicas de Intervenção Local desenvolvem a sua atividade maioritariamente no apoio às turmas da resposta educativa PIEF, colaborando ainda no apoio e na avaliação psicológica dos restantes alunos do Agrupamento.

2.1.3 Pessoal Não Docente

O quadro seguinte apresenta os dados relativos ao pessoal não docente no período em análise:

Ano letivo	Assistentes Técnicos	Assistentes Operacionais
2022/2023	14	65
2023/2024	14	64

Ano letivo	Assistentes Técnicos	Assistentes Operacionais
2024/2025	12	64
2025/2026	10	63

Quadro 3 — Pessoal não docente (2022/23 a 2025/26)

A transferência de competências na educação para a tutela do Município de Castro Verde concretizou-se a 1 de setembro de 2020, data em que o município assumiu, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 21/2019 (descentralização municipal), a gestão administrativa e financeira destes trabalhadores. Esta mudança insere-se num processo nacional, gradual e complexo, de descentralização de competências na área da ação social escolar, que inclui igualmente os assistentes técnicos, bem como responsabilidades como a manutenção dos edifícios escolares, a gestão de refeitórios e outros serviços de educação.

O pessoal não docente do Agrupamento, inscrito na tabela acima, desempenha as suas funções nos vários estabelecimentos de ensino, distribuído de acordo com as necessidades específicas de cada um.

2.2 População Discente

2.2.1 Distribuição

A população discente do Agrupamento distribui-se de acordo com o quadro seguinte, nos anos letivos compreendidos entre 2022 e 2026:

Ano letivo	Total
2022/23	901
2023/24	916 (+1,7%)
2024/25	927 (+1,2%)
2025/26	916 (-1,2%)

Quadro 4 — Evolução da população discente (2022/23 a 2025/26)

Ao longo do quadriénio, a população discente manteve-se globalmente estável, oscilando entre um mínimo de 901 alunos (2022/23) e um máximo de 927 (2024/25), com 916 matrículas em 2025/26 — uma variação inferior a 3%, expressiva num contexto territorial de baixa densidade demográfica. Para esta estabilidade contribuiu, em particular, o crescimento sustentado da educação pré-escolar e do 1.º ciclo — este último a atingir os 258 alunos em 2025/26 —, sinal de uma base demográfica jovem relativamente estável e da confiança das famílias no Agrupamento.

2.2.2 Caracterização

A população discente do Agrupamento é composta por alunos residentes nas diversas freguesias urbanas e rurais do concelho, destacando-se o aumento da procura por parte de alunos de concelhos limítrofes, nomeadamente de Almodôvar e Ourique, sobretudo no ensino secundário.

Concomitantemente, tem-se registado um aumento do número de alunos estrangeiros ao longo do quadriénio. O quadro seguinte apresenta a respetiva distribuição por nacionalidade, entre 2022/23 e 2025/26:

País de origem	N.º de alunos (2022/23)	N.º de alunos (2023/24)	N.º de alunos (2024/25)	N.º de alunos (2025/26)
Angola	6	5	5	5
Argentina	---	2	1	---
Brasil	25	31	25	24
Cabo Verde	1	1	2	2
China	5	4	3	3
Colômbia	---	---	2	1
Cuba	1	1	1	1
Espanha	1	1	2	---
Índia	2	2	2	3
Moçambique	---	---	2	---
Moldávia	---	---	1	---
Países Baixos	1	1	3	4
Roménia	1	1	1	3
São Tomé e Príncipe	---	---	1	---
Ucrânia	3	2	3	2
Venezuela	1	6	8	7
Itália	---	---	---	1
Total	47	57	62	56

Quadro 5 — Alunos estrangeiros, por nacionalidade (2022/23 a 2025/26)

A leitura do quadriénio evidencia um crescimento expressivo desta população: de 47 alunos em 2022/23 para um máximo de 62 em 2024/25, ano em que estiveram representadas 16 nacionalidades diferentes, fixando-se nos 56 alunos em 2025/26. A comunidade brasileira é, de forma consistente, a mais numerosa em todos os anos letivos e a língua portuguesa surge como fator de coesão: somando os alunos oriundos do Brasil, de Angola, de Cabo Verde, de Moçambique e de São Tomé e Príncipe, os falantes nativos de português representam, em qualquer dos anos, mais de metade da população

estrangeira do Agrupamento. A par deste núcleo lusófono, registam-se uma presença ibero-americana com peso crescente - de que é exemplo a comunidade venezuelana, que passou de um aluno em 2022/23 para sete em 2025/26 - e pequenos núcleos europeus e asiáticos que se mantêm estáveis ao longo do período.

Esta diversidade cria um retrato particularmente rico, mas exige respostas diferenciadas: o Agrupamento beneficia de uma base linguística comum que facilita a inclusão dos alunos lusófonos, mas o contexto reforça a importância do ensino de Português Língua Não Materna e da mediação intercultural - linhas de trabalho retomadas nos contributos para o Plano de Melhoria.

Neste contexto de crescente diversidade linguística, o quadro seguinte apresenta o número de alunos que beneficiaram de apoio no âmbito de Português Língua Não Materna (PLNM), por ciclo e nível de ensino:

Ano letivo	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Ensino Secundário	Total
2022/23	---	---	3	2	5
2023/24	2	3	1	1	7
2024/25	5	2	---	1	8
2025/26	2	1	2	2	7

Quadro 6 — Alunos apoiados no âmbito de Português Língua Não Materna (PLNM), por ciclo e nível de ensino (2022/23 a 2025/26)

O número de alunos apoiados no âmbito de PLNM manteve-se contido — entre cinco e oito por ano letivo —, mas com presença em quase todos os ciclos de ensino ao longo do quadriénio. Esta dispersão, aliada à heterogeneidade dos níveis de proficiência linguística, dificulta a constituição de grupos homogéneos e exige respostas organizativas flexíveis, em articulação entre docentes de diferentes escolas e ciclos — o que reforça a pertinência das linhas de trabalho identificadas para o Plano de Melhoria.

É ainda de salientar o número de alunos do Agrupamento que tem vindo a beneficiar de auxílios económicos (para alimentação, manuais escolares e material escolar) atribuídos pelo serviço de Ação Social Escolar (ASE), no sentido de apoiar as famílias em situação de carência económica e/ou de vulnerabilidade social (agregados integrados no 1.º e 2.º escalão de rendimentos determinados para efeitos de atribuição de abono de família).

2.3 Apoios Socioeducativos

2.3.1 Ação Social Escolar

Entre 2022/23 e 2025/26, o número de alunos subsidiados, de acordo com o respetivo escalão em que se inserem, foi o seguinte:

Nível de ensino	2022/23			2023/24			2024/25			2025/26		
	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C
Pré-escolar	25	12	2	17	5	1	25	13	2	12	4	1
1.º ciclo	30	22	0	36	16	0	36	20	1	18	15	2
2.º ciclo	17	10	0	12	8	3	44	8	1	12	13	--
3.º ciclo	38	11	1	49	17	4	19	17	3	31	11	3
Secundário	15	9	0	8	5	1	2	4	0	10	5	3
Total	192 (21,3%)			182 (19,9%)			195 (21,0%)			140 (15,3%)		

Quadro 7 — Alunos subsidiados pela Ação Social Escolar, por escalão (A, B e C) e nível de ensino

O quadro evidencia uma relativa estabilidade na proporção de alunos abrangidos por auxílios económicos nos três primeiros anos do quadriénio, com valores próximos dos 20% do total de alunos matriculados (21,3% em 2022/23, 19,9% em 2023/24 e 21,0% em 2024/25). Em 2025/26, regista-se uma descida para os 15,3% (140 alunos), transversal à generalidade dos níveis de ensino e particularmente visível no pré-escolar e no 1.º ciclo. Esta evolução, que importará acompanhar no próximo ciclo, poderá refletir a melhoria da situação socioeconómica de parte das famílias, sem prejuízo de o Agrupamento dever continuar a assegurar, em articulação com o Município, que nenhuma situação de carência fica por sinalizar.

2.3.2 Medidas de Suporte à Inclusão (Decreto-Lei n.º 54/2018)

O quadro seguinte apresenta a evolução do número de alunos abrangidos por medidas seletivas e adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão, ao longo do período em análise:

Ano letivo	Nível de ensino	Seletivas	Adicionais
2022/23	Pré-escolar	2	—
	1.º ciclo	18	5
	2.º ciclo	11	4
	3.º ciclo	20	3
	Secundário	11	2
2023/24	Pré-escolar	1	—

Ano letivo	Nível de ensino	Seletivas	Adicionais
	1.º ciclo	19	3
	2.º ciclo	9	3
	3.º ciclo	17	5
	Secundário	10	2
2024/25	Pré-escolar	1	—
	1.º ciclo	16	1
	2.º ciclo	9	7
	3.º ciclo	14	5
	Secundário	16	1
2025/26	Pré-escolar	1	—
	1.º ciclo	16	1
	2.º ciclo	11	6
	3.º ciclo	14	6
	Secundário	8	1

Quadro 8 — Medidas seletivas e adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão, por ano letivo e nível de ensino
(2022/23 a 2025/26)

Ao longo do quadriénio, o número de alunos abrangidos por **medidas seletivas** registou uma diminuição gradual - de 62, em 2022/23, para 50, em 2025/26 -, sobretudo por efeito da redução verificada no ensino secundário no último ano letivo (de 16 para 8 alunos), sendo o 1.º e o 3.º ciclos os níveis que, de forma consistente, concentram o maior número de alunos apoiados. As **medidas adicionais**, por seu turno, mantiveram-se estáveis, entre os 13 e os 14 alunos por ano, com um reforço progressivo no 2.º e no 3.º ciclos que compensa a diminuição registada no 1.º ciclo — evolução que acompanha, naturalmente, a progressão dos próprios alunos ao longo da escolaridade.

No seu conjunto, os alunos abrangidos por medidas seletivas e adicionais representaram entre 7,0% e 8,4% da população discente do Agrupamento, valores que traduzem uma mobilização criteriosa destas medidas — reservadas às situações em que as medidas universais se revelam insuficientes —, sustentada no trabalho articulado entre a EMAEI, os docentes de educação especial, os diretores de turma e os técnicos especializados.

3. Autoavaliação

O dispositivo de autoavaliação do Agrupamento assenta no trabalho da Equipa de Autoavaliação (EAA), que desenvolveu um referencial próprio, ajustado à realidade e à cultura do AECV e alinhado com os domínios do quadro de referência da Avaliação Externa das Escolas. A recolha de informação mobilizou fontes diversificadas: os documentos estruturantes do Agrupamento, designadamente o Projeto Educativo 2023–2026 e o Plano Anual de Atividades, bem como a Carta de Missão da Diretora, os relatórios de execução do PAA e de avaliação dos programas, clubes e projetos, as bases estatísticas internas e externas relativas aos resultados escolares e, ainda, inquéritos de satisfação aplicados à comunidade educativa.

Ao longo do ciclo em análise, este trabalho permitiu construir uma leitura progressivamente mais integrada do funcionamento do Agrupamento, articulando a monitorização das atividades (Eixo I do Projeto Educativo - Autoavaliação e melhoria contínua) com a análise dos resultados académicos e das perceções da comunidade. Os relatórios anuais de execução do PAA, apresentados ao Conselho Pedagógico, constituem hoje uma peça regular desse dispositivo, com um contributo relevante para a fundamentação das decisões pedagógicas e organizacionais.

O período em análise registou, aliás, passos concretos de consolidação deste dispositivo: a uniformização de modelos e registos entre as diferentes estruturas, com ganhos de coerência organizacional e de comparabilidade dos dados; a integração do Agrupamento no projeto PAR.5, promovido pelo IAVE, que capacita as escolas para a análise dos relatórios da avaliação externa das aprendizagens (RIPA e REPA) e para a sua utilização estratégica na melhoria das aprendizagens; e o início da implementação do sistema de garantia da qualidade EQAVET nos cursos profissionais, alinhado com o quadro europeu e conducente ao respetivo selo de conformidade.

A leitura deste ciclo exige, contudo, o reconhecimento de que o dispositivo de autoavaliação revelou margem para maior sistematização. A periodicidade da recolha de dados nem sempre foi regular, os inquéritos de satisfação foram aplicados num único momento do ciclo (2024/25) e a dimensão das amostras em alguns grupos de respondentes limita a robustez estatística das leituras quantitativas. Por essa razão, o presente relatório trata os resultados dos inquéritos como tendências indicativas - privilegiando a leitura das tendências e da convergência entre os grupos - e não como medições precisas do estado atual do Agrupamento.

Este diagnóstico do próprio processo constitui, em si mesmo, um dos resultados mais úteis do ciclo: a consolidação do dispositivo de autoavaliação, com calendário estável de recolha, instrumentos revistos, amostras mais representativas e devolução regular de resultados à comunidade, será assumida como prioridade do ciclo avaliativo seguinte, conforme se explicita na secção 8.

4. Liderança e Gestão

4.1 Visão estratégica e documentos orientadores

A ação do Agrupamento é orientada pelo Projeto Educativo 2023–2026, que se estrutura em três eixos estratégicos: **Eixo I — Autoavaliação e melhoria contínua**, dirigido à consolidação de processos de autorreflexão institucional; **Eixo II — Qualidade do ensino-aprendizagem, liderança e comunicação**, centrado na intencionalidade pedagógica, no trabalho colaborativo e nos circuitos de comunicação; e **Eixo III — Inclusão, bem-estar, cidadania e sucesso educativo**, que coloca o aluno no centro da ação educativa. O Plano Anual de Atividades constitui um dos principais instrumentos de operacionalização destas linhas estratégicas, traduzindo-as em ações concretas, e a sua execução tem evidenciado uma coerência efetiva entre o planeamento estratégico e as práticas desenvolvidas. Esta visão, vertida no Projeto de Intervenção da Diretora e formalizada na Carta de Missão aprovada pelo Conselho Geral em novembro de 2022 e no Projeto Educativo, é ainda complementada por outros instrumentos orientadores, como o Regulamento Interno, o Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola (PADDE) e o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC).

4.2 Gestão dos recursos

No plano dos recursos humanos, o período em análise ficou marcado pelo reforço progressivo da estabilidade do corpo docente, com o aumento do número de professores do quadro e a consequente redução da rotatividade - condição favorável à continuidade pedagógica -, num contexto, porém, de acentuado envelhecimento do corpo docente, que exige o planeamento atento da renovação dos quadros (cf. secção 2.1.1). A gestão do pessoal não docente decorre no quadro da descentralização de competências para o Município de Castro Verde, em articulação regular entre a Direção e a autarquia.

No plano dos recursos materiais, destaca-se a conclusão das obras profundas de requalificação da Escola Secundária (2022–2024), que dotaram a escola-sede de instalações e equipamentos de elevada qualidade, com impacto direto no ambiente de aprendizagem. Em sentido inverso, a requalificação do edifício da Escola E.B. 2,3 Dr. António Francisco Colaço permanece como a principal necessidade infraestrutural do Agrupamento.

4.3 Comunicação interna e externa

O Agrupamento dispõe de circuitos de comunicação diversificados — a página institucional, enquanto canal oficial de comunicação e serviços, a plataforma Google Workspace institucional, que suporta a comunicação interna e o trabalho colaborativo, as redes sociais, as plataformas de gestão escolar e as estruturas intermédias —, sendo a divulgação regular das atividades e dos seus resultados uma prática

consolidada, com expressão visível na comunidade. A auscultação da comunidade educativa realizada neste ciclo sinalizou, ainda assim, a comunicação interna como uma área com margem de progressão, em particular na relação com o pessoal não docente e com as famílias — quer na divulgação de regras e procedimentos, quer nos mecanismos de recolha de opiniões e sugestões. Este é um dos assuntos vertidos para o Plano de Melhoria.

4.4 Parcerias institucionais

O envolvimento de parceiros externos revelou-se determinante para a concretização do serviço educativo. A Câmara Municipal de Castro Verde e as Juntas de Freguesia destacam-se como os principais parceiros, a que se juntam, entre outros, a Rede de Bibliotecas de Castro Verde, a Liga para a Proteção da Natureza, o Conservatório Regional do Baixo Alentejo, a Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, a GNR (Programa Escola Segura), a Boliden Somincor, o IPDJ, a ADPM, a EDIA, os Centros de Ciência Viva do Algarve e de Estremoz e a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. A esta rede somam-se as parcerias educativas internacionais - escolas de outras Reservas da Biosfera da UNESCO, a Escola Portuguesa de Luanda e os parceiros europeus do programa Erasmus+ -, que ampliam os contextos de aprendizagem dos alunos e reforçam a ligação da escola à comunidade e ao mundo. Neste plano, o quadriénio ficou marcado pela concretização de uma meta estratégica do Projeto de Intervenção: a integração do Agrupamento, em 2025, na Rede de Escolas Associadas da UNESCO (ASPnet) - reconhecimento que o compromete com a promoção da cidadania global, da cultura de paz, da sustentabilidade e do diálogo intercultural, e que se articula de forma natural com a sua identidade de escola de uma Reserva da Biosfera.

5. Prestação do Serviço Educativo

5.1 Oferta Educativa

Conforme preconizado no Projeto Educativo, o Agrupamento de Escolas tem procurado diversificar, tanto quanto possível e dentro dos desafios e limitações existentes, a oferta formativa prestada aos seus alunos, adequando-a aos interesses e às necessidades do público-alvo e procurando promover uma educação para a inclusão e a igualdade de oportunidades.

Ao longo do período em análise, no Ensino Básico, além da oferta do ensino regular, existem também turmas do Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) e turmas de Ensino Artístico em Regime Articulado; no Ensino Secundário, funcionam os Cursos de Ciências e Tecnologias e de Línguas e Humanidades. É importante salientar que, ainda que não sejam impostas aos alunos quaisquer

limitações ao nível da seleção de disciplinas opcionais ou da tipologia dos cursos científico-humanísticos, o contexto e as especificidades do Agrupamento quanto à sua dimensão apresentam-se como um fator limitador para os alunos nestas escolhas. Na verdade, o facto de funcionarem apenas dois cursos científico-humanísticos no Agrupamento está diretamente relacionado com o número reduzido de alunos matriculados neste ciclo de ensino, o que impossibilita a constituição de grupos/turmas para alguns cursos ou disciplinas ou, quando tal é possível, os mesmos não são autorizados pelos serviços centrais. Outro constrangimento frequentemente verificado prende-se com a inexistência, no quadro do Agrupamento, de docentes disponíveis com habilitação para lecionar algumas disciplinas específicas ou opcionais, o que se apresenta como um fator limitador para as escolhas dos alunos. Com efeito, mesmo quando existem matrículas/inscrições em algumas disciplinas opcionais, como é o caso de Espanhol ou de Economia A, tem sido impossível contratar docentes para as lecionar, uma vez que o número de horas letivas apresentado nos horários a concurso para os docentes destas disciplinas é bastante reduzido, não se revelando este tipo de horário atrativo para os docentes candidatos — o que impede as contratações e, consequentemente, o funcionamento das disciplinas.

No ensino secundário profissional, onde funciona a dupla certificação, têm estado em funcionamento três a quatro cursos em simultâneo, ainda que cada um seja lecionado em anos de escolaridade não coincidentes. No período em análise, funcionaram os cursos profissionais de Técnico de Proteção Civil, Técnico de Gestão do Ambiente, Multimédia, Técnico de Animação Turística, Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos, Técnico de Segurança no Trabalho e Técnico de Topografia. Salienta-se, quanto ao Ensino Profissional, que são oferecidos aos alunos, em cada ano letivo, dois cursos previamente aprovados pela DGEST e que, uma vez iniciado, cada curso não volta, em regra, a ser disponibilizado aos alunos até que o respetivo ciclo de formação termine. Esta questão pode causar alguns constrangimentos, sobretudo quando o perfil dos alunos e/ou as suas áreas de interesse não vão ao encontro dos cursos disponibilizados.

5.2 Plano Anual de Atividades

O Plano Anual de Atividades constitui o instrumento de operacionalização das linhas estratégicas do Agrupamento e a expressão mais visível da vitalidade do serviço educativo prestado. Ao longo de todo o período em análise, os relatórios anuais de execução do PAA, apresentados ao Conselho Pedagógico no final de cada ano letivo, evidenciaram de forma consistente um elevado grau de concretização do planeamento definido, refletindo o compromisso das diferentes estruturas do Agrupamento e o envolvimento alargado da comunidade educativa e das entidades parceiras.

Em cada ano letivo, as atividades desenvolvidas abrangeram todos os níveis e ciclos de ensino e envolveram, além dos alunos — o seu principal público-alvo —, os docentes (na conceção, dinamização e acompanhamento das ações, bem como em formação e partilha de práticas), os encarregados de educação (em sessões de sensibilização, encontros temáticos e momentos comemorativos), o pessoal não docente (no apoio logístico, técnico e operacional) e numerosos colaboradores e parceiros externos, que ampliaram os contextos de aprendizagem proporcionados aos alunos.

A execução dos sucessivos PAA evidenciou uma expressiva diversidade de tipologias, em consonância com os três eixos do Projeto Educativo: **comemorações e efemérides**, que valorizaram a memória coletiva e o sentimento de pertença (Feira de Castro Verde, Dia da Família, entre outras); **visitas de estudo**, do património local (Herdade do Vale Gonçalinho, Museu da Ruralidade) a contextos mais alargados — de que é exemplo maior a visita dos alunos do 4.º ano à Reserva da Biosfera da Ilha Graciosa, nos Açores, em 2025/26 — e as saídas no âmbito do projeto Escola Azul; **palestras e ações de sensibilização** sobre alimentação saudável, saúde oral, uso responsável das tecnologias, literacia financeira e prevenção do cibercrime; **atividades artísticas**, com particular destaque para o ensino articulado; **concursos**, como o Campeonato Nacional Hypatiamat, o Leituras na Planície e o Miúdos a Votos; e **atividades desportivas**, como o Corta-Mato Escolar e as competições do Desporto Escolar.

A avaliação das atividades tem sido realizada através de relatórios descritivos dos docentes responsáveis, de evidências qualitativas de participação (amplamente divulgadas na página e nas redes sociais do Agrupamento), de processos de avaliação partilhada em sede de departamento curricular e do registo na plataforma de gestão do PAA. Desta avaliação emergem, de forma recorrente, a forte adesão dos alunos e a valorização do envolvimento das famílias como fatores a preservar; a par disso, identificaram-se, de forma recorrente, constrangimentos logísticos e situações de sobreposição de calendários, bem como a constatação de que as atividades de carácter contínuo se revelam particularmente eficazes no aprofundamento de competências — indicações diretamente aproveitáveis para o planeamento dos próximos anos.

5.3 Programas, Clubes e Projetos de Referência

Os sucessivos PAA integram um conjunto de programas, clubes e projetos de referência que, pela sua continuidade e consolidação ao longo do período, assumem um papel estruturante e mobilizador da comunidade educativa, promovendo a interdisciplinaridade, a articulação curricular entre níveis e ciclos de ensino e o trabalho colaborativo. A avaliação anual destes programas, clubes e projetos, realizada no quadro dos relatórios de execução do PAA, tem devolvido, de forma consistente, balanços globalmente muito positivos, com objetivos amplamente alcançados e vários casos assumidos como experiências educativas de referência.

Desta avaliação sobressaem alguns momentos de particular significado educativo. O projeto **Somos Embaixadores da Biosfera**, realizado em estreita articulação com as escolas e as comunidades locais, constituiu uma experiência de elevado valor educativo e cultural, que aprofundou a compreensão do conceito de Reserva da Biosfera e reforçou os laços entre comunidades educativas de territórios classificados pela UNESCO. O **Projeto Cultural de Escola** funcionou como eixo agregador das atividades do ano, consolidando uma cultura de escola assente na inclusão e na valorização da interculturalidade. A dimensão internacional do serviço educativo saiu igualmente reforçada: o programa **Erasmus+** — de que a parceria ArchiKids é exemplo — proporcionou mobilidades de alunos e docentes que reforçaram competências linguísticas e digitais e abriram a escola a novas realidades educativas, e o intercâmbio **Cores da Lusofonia** aproximou o Agrupamento da Escola Portuguesa de Luanda. A estas dinâmicas somam-se iniciativas complementares como a rádio escolar Finezas, a produção de podcasts e vídeo, o Clube de Artes e o Clube de Xadrez, que alargam os espaços de expressão e participação dos alunos.

Refira-se ainda que a **Estratégia de Educação para a Cidadania** do Agrupamento foi revista no decurso de 2025/26, em alinhamento com a nova Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2025). Aprovada em Conselho Pedagógico e em Conselho Geral em dezembro de 2025, estrutura-se em três eixos — **Cidadania Enraizada no Território, Escola Inclusiva e de Bem-Estar** e **Comunicação, Participação e Cultura Colaborativa**, este último definido precisamente como resposta às áreas de melhoria identificadas nos documentos orientadores - e reforça o desenvolvimento de projetos na e com a comunidade (Crescer/Aprender com Saúde e com Segurança, Horta Pedagógica, Natal Solidário, entre outros), em articulação com uma rede alargada de parceiros locais.

5.4 Promoção do Sucesso e Educação Inclusiva

A criação de condições para um sucesso de qualidade, justo para todos os alunos, constituiu uma prioridade estratégica do período em análise. Para além da diversificação da oferta e das atividades, o Agrupamento consolidou um conjunto de respostas organizadas: **tutorias e salas de estudo**, enquanto espaços de apoio ao estudo orientado; **coadjuvação em sala de aula**, dirigida às turmas e disciplinas com maiores fragilidades; a atribuição de **tempo letivo semanal comum para trabalho colaborativo docente**, dedicado à planificação conjunta e à partilha de estratégias; e a implementação sistemática das **medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão** previstas no Decreto-Lei n.º 54/2018, em articulação entre docentes de educação especial, diretores de turma, técnicos especializados e a EMAEI.

No seu conjunto, estes programas e projetos evidenciam um serviço educativo diversificado, enraizado no território — com a Reserva da Biosfera de Castro Verde como marca identitária — e

simultaneamente aberto ao exterior, que articula o currículo com experiências culturais, científicas, artísticas, desportivas e de cidadania, em linha com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

6. Resultados

6.1 Resultados Académicos

Apresentam-se os resultados escolares do Agrupamento nos quatro anos letivos do período em análise, expressos através de dois indicadores: a **taxa de sucesso** (TS — percentagem de alunos que transitaram/foram aprovados) e a **taxa de sucesso total** (TST — percentagem de alunos que transitaram/foram aprovados sem classificações negativas).

Ano	2022/23			2023/24			2024/25			2025/26		
	N.º	TS	TST	N.º	TS	TST	N.º	TS	TST	N.º	TS	TST
1.º	47	100	100	67	100	95,5	69	100	91,3	71	100	90,1
2.º	62	96,8	93,5	49	98,0	95,9	67	98,5	94,0	70	90,0	87,1
3.º	56	98,2	91,1	65	98,5	86,2	50	98,0	98,0	69	100	97,1
4.º	62	100	95,2	56	98,2	91,1	65	96,9	86,2	48	100	97,9
1.º ciclo	227	98,7	94,7	237	98,7	92,0	251	98,4	92,0	258	97,3	92,6
5.º	58	100	94,8	64	96,9	81,3	55	100	87,3	64	98,4	84,4
6.º	66	98,5	78,5	59	96,6	71,2	66	95,5	77,3	58	100	81,0
2.º ciclo	124	99,2	86,2	123	96,7	76,4	121	97,5	81,8	122	99,2	82,5
7.º	62	91,9	69,4	69	88,4	62,3	64	92,2	65,6	65	89,2	67,7
8.º	61	93,4	75,4	59	96,6	74,6	66	93,9	68,2	62	100	72,6
9.º	46	97,8	78,3	59	96,6	59,3	59	96,6	59,3	64	98,4	62,5
3.º ciclo	169	94,1	74,0	187	93,6	65,2	189	94,7	64,6	191	94,7	64,6
Total EB	520	97,3	85,9	547	96,5	79,3	561	96,8	80,6	571	97,3	82,3

Quadro 9 — Ensino Básico: n.º de alunos, taxa de sucesso (TS, %) e taxa de sucesso total (TST, %), por ano de escolaridade (2022/23 a 2025/26)

No Ensino Básico, a taxa de sucesso manteve-se consistentemente elevada ao longo dos quatro anos letivos, entre os 96,5% e os 97,3% no conjunto dos três ciclos, com vários anos de escolaridade a

atingirem os 100% de transições/aprovações - um resultado sólido e estável, que confirma a eficácia global do trabalho pedagógico desenvolvido.

A taxa de sucesso total revela um padrão que merece atenção: a qualidade do sucesso diminui de forma progressiva ao longo dos ciclos. No 1.º ciclo, os valores mantêm-se muito elevados e estáveis (92% a 94,7%), com 2025/26 a registar o melhor valor dos últimos três anos (92,6%); no 2.º ciclo, após a descida de 2023/24 (76,4%), verificou-se uma recuperação progressiva e consistente (81,8% em 2024/25 e 82,5% em 2025/26); no 3.º ciclo, porém, a taxa de sucesso total estabilizou num patamar próximo dos 65% nos três últimos anos letivos, mantendo-se como a maior distância entre transitar e transitar sem classificações negativas. Em termos globais, o Ensino Básico encerra o período com sinais de melhoria: a TST global subiu de 79,3% (2023/24) para 82,3% (2025/26).

Dentro do 3.º ciclo, o 7.º ano confirma-se como o momento crítico de transição — regista, em 2025/26, a taxa de sucesso mais baixa de todo o Ensino Básico (89,2%), ainda que com ligeira melhoria da TST (67,7%). O 9.º ano, cuja taxa de sucesso total havia descido acentuadamente em 2023/24 (de 78,3% para 59,3%), inicia em 2025/26 uma recuperação ténue (62,5%). Estes dados reiteram a necessidade de reforçar os mecanismos de apoio à aprendizagem no 3.º ciclo, em particular nos anos de entrada e de conclusão do ciclo.

Ano letivo	Curso	Ano/Turma	N.º de alunos	Taxa de sucesso (%)
2022/23	CT	10.º A	16	93,8
		11.º A	14	100
		11.º B	12	100
		12.º A	20	90,0
		12.º B	7	83,0
	LH	10.º B	26	83,0
		11.º B	14	100
		12.º B	11	82,0
Total 2022/23			120	91,2
2023/24	CT	10.º A	16	94,0
		10.º B	5	80,0
		11.º A	13	100
		12.º A	14	64,0

Ano letivo	Curso	Ano/Turma	N.º de alunos	Taxa de sucesso (%)
		12.º B	11	100
	LH	10.º B	15	67,0
		11.º B	18	100
		12.º B	15	67,0
Total 2023/24			107	84,2
2024/25	CT	10.º A	27	96,4
		11.º A	16	100
		11.º B	3	100
		12.º A	16	94,0
	LH	10.º B	20	71,0
		11.º B	9	100
		12.º B	19	95,0
Total 2024/25			110	92,1
2025/26	CT	10.º A	23	95,8
		11.º A	25	100
		12.º A	20	90,0
	LH	10.º B	13	80,0
		11.º B	14	100
		12.º B	12	100
Total 2025/26			107	91,5

Quadro 10 — Cursos científico-humanísticos: taxa de sucesso, por curso e turma (2022/23 a 2025/26)

Nos cursos científico-humanísticos, a taxa de sucesso global oscilou ao longo do período — 91,2% em 2022/23, descida para 84,2% em 2023/24 e recuperação nos dois anos seguintes (92,1% e 91,5%) —, consolidando-se num patamar superior aos 91% nos dois últimos anos letivos. O 11.º ano apresenta resultados consistentemente muito elevados em ambos os cursos, com taxas de sucesso de 100% em praticamente todas as turmas do período; em 2025/26, também as duas turmas de 12.º ano de Línguas e Humanidades e de Ciências e Tecnologias alcançaram resultados muito sólidos (100% e 90%).

Nos **cursos profissionais**, a taxa de conclusão dos módulos/aprovação manteve-se estável e elevada ao longo do triénio 2022–2025 — 92,2%, 91,7% e 91,8%, respetivamente —, confirmando a

consistência desta oferta de dupla certificação. Considerando o conjunto de todas as ofertas, a taxa global de transição/aprovação do Agrupamento situou-se entre os 94,3% (2023/24) e os 95,9% (2022/23), fixando-se nos 95,8% em 2024/25, conforme reportado ao Conselho Geral no Relatório de Autoavaliação da Diretora (março de 2026).

Em sentido inverso, o 10.º ano do curso de Línguas e Humanidades mantém-se como a área mais frágil do ensino secundário, com taxas de sucesso entre os 67% e os 83% nos quatro anos letivos (80% em 2025/26) — um padrão persistente que recomenda o reforço do acompanhamento dos alunos na transição do 3.º ciclo para este curso, em articulação com as dificuldades identificadas naquele ciclo.

6.2 Exames Nacionais do Ensino Secundário (2022/23 a 2024/25)

A leitura dos resultados ao longo do quadriénio exige, antes de mais, o enquadramento das sucessivas alterações ao regime de conclusão do ensino secundário e de acesso ao ensino superior. No ano letivo de 2022/23, ainda ao abrigo do regime excecional herdado do período pandémico, os alunos internos concluíram as disciplinas exclusivamente com a classificação interna, realizando exames apenas enquanto provas de ingresso (ou para melhoria de classificação) — razão pela qual não existem, nesse ano, resultados de alunos internos «para aprovação». Em 2023/24 iniciou-se o regresso faseado ao regime regular: os exames voltaram a contar para a aprovação e para o cálculo da classificação final, mas apenas nas disciplinas concluídas no 11.º ano, mantendo-se os alunos do 12.º ano (Português e Matemática A) abrangidos pelo regime transitório. Só em 2024/25 se completou a reposição do regime regular, com a obrigatoriedade de realização de três exames finais, um dos quais Português. Esta evolução impõe prudência na comparação direta dos resultados entre anos letivos, quer pela diferente natureza dos universos avaliados, quer pelo diferente peso dos exames no percurso escolar dos alunos.

O quadro seguinte apresenta as provas realizadas pelos alunos do Agrupamento na 1.ª fase dos exames de 2022/23 — na sua quase totalidade, enquanto provas de ingresso — e as médias obtidas, por comparação com as médias nacionais da 1.ª fase:

Exame nacional	N.º de provas	Média de exame	Média nacional
Biologia e Geologia	39	12,2	11,4
Matemática A	14	12,8	11,0
Português	11	12,6	12,6
Geografia A	10	12,5	10,9
Física e Química A	9	12,3	11,2
História da Cultura e das Artes	2	6,4	---

Exame nacional	N.º de provas	Média de exame	Média nacional
Desenho A	1	12,6	---
Filosofia	1	11,7	11,2
Inglês	1	13,1	14,9

Quadro 11 — Exames nacionais do ensino secundário: provas realizadas e médias, 1.ª fase (2022/23)

Apesar de os exames não contarem, nesse ano, para a classificação final, os resultados foram claramente positivos: nas quatro disciplinas com maior expressão numérica, as médias dos alunos do Agrupamento situaram-se acima da média nacional — **Matemática A** (12,8 contra 11,0), **Geografia A** (12,5 contra 10,9), **Física e Química A** (12,3 contra 11,2) e **Biologia e Geologia** (12,2 contra 11,4) —, com **Português** em linha com a referência nacional (12,6). O único resultado negativo, em História da Cultura e das Artes, respeita a um universo de apenas dois alunos, pelo que não sustenta leituras de conjunto. Estes valores assumem particular relevo por dizerem respeito a provas de ingresso, decisivas para o prosseguimento de estudos dos alunos.

Em 2023/24, realizaram exames para aprovação apenas os alunos internos das disciplinas concluídas no 11.º ano. O quadro seguinte apresenta os respetivos resultados na 1.ª fase, comparando a média de exame com a média nacional, com a classificação interna de frequência (CIF) e com a classificação final de disciplina (CFD):

Exame nacional	N.º de alunos avaliados (internos)	Média de exame	Média nacional	Média CIF	Média CFD	Taxa de reprovação
Geografia A	18	11,7	10,3	13,9	13,3	0%
Biologia e Geologia	10	9,9	9,9	14,1	13,1	0%
Física e Química A	10	12,8	11,6	15,8	15,2	0%
Filosofia	4	10,6	10,3	14,0	13,0	0%

Quadro 12 — Resultados dos exames nacionais do ensino secundário, alunos internos, 1.ª fase (2023/24)

No regresso dos exames «para aprovação», os resultados dos alunos internos foram globalmente positivos: não se registou qualquer reprovação nas quatro disciplinas avaliadas e as médias situaram-se acima da referência nacional em **Física e Química A** (+1,2 valores), **Geografia A** (+1,4) e **Filosofia** (+0,3), com **Biologia e Geologia** em linha com a média nacional — que, nesse ano, foi negativa em todo o país (9,9). Os alunos do 12.º ano, ainda abrangidos pelo regime transitório, realizaram os exames de Português e de Matemática A apenas enquanto provas de ingresso, com médias de 11,6 e 11,9 valores, respetivamente. Regista-se, desde já, a distância entre a classificação interna e a média de exame —

entre 2,2 valores (Geografia A) e 4,2 valores (Biologia e Geologia) —, questão retomada na análise dos resultados de 2024/25.

Em 2024/25, com a reposição plena do regime regular, todos os alunos internos realizaram exames finais nas disciplinas terminais dos respetivos cursos. O quadro seguinte apresenta os resultados obtidos na 1.ª fase, comparando a média de exame com a média nacional e com a média da classificação final de disciplina (CFD):

Exame nacional	N.º de alunos avaliados (internos)	Média de exame	Média nacional	Média CFD	Taxa de reprovação
Português	33	13,2	12,6	14,0	0%
Biologia e Geologia	18	12,5	12,4	14,6	5,6%
Geografia A	11	11,8	10,1	14,4	0%
História A	11	10,3	10,9	11,6	27,3%
Matemática A	8	10,9	10,5	13,8	12,5%
Física e Química A	6	10,7	11,0	14,7	0%
Filosofia	5	7,6	10,4	13,2	0%

Quadro 13 — Resultados dos exames nacionais do ensino secundário, alunos internos, 1.ª fase (2024/25)

Os resultados de 2024/25 são globalmente positivos: em quatro dos sete exames realizados — **Português**, **Biologia e Geologia**, **Geografia A** e **Matemática A** —, a média dos alunos internos do Agrupamento situou-se acima da média nacional, com destaque para Geografia A, onde a diferença atinge os 1,7 valores. Em **Física e Química A** e **História A**, as médias ficaram ligeiramente abaixo da referência nacional (0,3 e 0,6 valores, respetivamente), e apenas em **Filosofia** o desvio foi mais expressivo (7,6 contra 10,4) — resultado que, referindo-se a um universo de apenas cinco alunos, deve ser lido com a devida prudência estatística.

A dimensão reduzida dos grupos avaliados (entre 5 e 33 alunos por exame) torna as médias particularmente sensíveis a desempenhos individuais. Ainda assim, dois aspetos merecem acompanhamento: a taxa de reprovação em História A (27,3%, correspondente a três alunos em onze) e a distância entre a classificação final de disciplina e a média de exame, que varia entre 0,8 valores (Português) e 5,6 valores (Filosofia) — um fenómeno transversal ao sistema educativo, que deverá, ainda assim, ser objeto de reflexão nos departamentos curriculares, no quadro do trabalho de aferição dos critérios e instrumentos de avaliação.

Numa leitura de conjunto do quadriénio, e não obstante as limitações de comparabilidade decorrentes das sucessivas alterações de regime, os exames nacionais devolvem uma imagem globalmente positiva e consistente: em cada um dos três anos com provas realizadas, as médias dos alunos do Agrupamento situaram-se acima da referência nacional na maioria das disciplinas com expressão numérica relevante — com destaque para Geografia A, sistematicamente acima da média nacional —, num contexto de universos avaliados de dimensão reduzida, que aconselha sempre leituras prudentes. Os resultados dos exames de 2025/26, realizados após o fecho da recolha de dados deste relatório, serão objeto de análise no início do próximo ciclo avaliativo.

6.3 Resultados Sociais

Para além dos resultados académicos, o quadro de referência da Avaliação Externa das Escolas valoriza os resultados sociais, desdobrados em quatro referentes: a participação na vida da escola e a assunção de responsabilidades, o cumprimento das regras e a disciplina, a solidariedade e a cidadania e o impacto da escolaridade no percurso dos alunos. É essa a estrutura que se adota na leitura que se segue — e, em todos estes planos, o período em análise regista evidências expressivas.

No plano da **participação na vida da escola e da assunção de responsabilidades**, destaca-se o **Parlamento dos Jovens**, que mobiliza todos os anos alunos do ensino básico e secundário, com a apresentação de listas candidatas, representando um exercício completo de participação democrática, da campanha ao debate, com resultados muito positivos, uma vez que culminou com a eleição dos deputados do Agrupamento, por dois anos consecutivos, para representar as escolas do Baixo Alentejo na sessão nacional, na Assembleia da República. No mesmo sentido apontam os alunos colaboradores da **Biblioteca S.A.**, que assumiram responsabilidades reais na gestão e dinamização da biblioteca escolar — do acolhimento dos alunos dos 5.º, 9.º e 10.º anos no início do ano letivo à dinamização de atividades de leitura e matemática —, os alunos do 4.º ano que, como **Embaixadores da Biosfera**, dinamizaram iniciativas dirigidas à comunidade educativa e local, e as turmas do 3.º ano que desempenharam o papel de **Embaixadoras da Escola Azul** em ações de sensibilização ambiental junto da comunidade escolar. Regista-se ainda, como sinal de maturidade e autorregulação, a decisão dos próprios alunos do Clube de Programação e Robótica de suspender as sessões no 3.º período para se dedicarem à preparação das avaliações finais. Estas evidências são corroboradas pelas perceções recolhidas junto da comunidade: o incentivo da escola à participação dos alunos na vida escolar é avaliado como Bom ou Muito Bom por mais de setenta por cento dos alunos respondentes aos inquéritos de satisfação.

No plano do **cumprimento das regras e da disciplina**, o Agrupamento caracteriza-se por um ambiente escolar globalmente tranquilo, seguro e cordial, em que os incidentes assumem natureza pontual e

são tratados no quadro do Regulamento Interno, com primazia das abordagens preventivas e pedagógicas - de que são exemplo as ações de sensibilização sobre o uso responsável das tecnologias e a prevenção do cibercrime e a colaboração regular com a GNR, no âmbito do Programa Escola Segura. Esta leitura é consistente com as perceções da comunidade educativa: a sensação geral de segurança no espaço escolar e o respeito e a educação no trato entre os membros da comunidade reúnem apreciações claramente positivas em todos os grupos auscultados. Reconhece-se, ainda assim, que a consolidação de um registo sistemático das ocorrências e das medidas aplicadas permitirá, no próximo ciclo, sustentar esta leitura em indicadores quantitativos regulares.

No plano da **solidariedade e da cidadania**, a Estratégia de Educação para a Cidadania — sob o tema «Um cidadão da e para a Biosfera» — assegurou a abordagem dos diferentes domínios da Estratégia Nacional em todos os níveis de ensino, complementada por iniciativas de participação cívica como o **Miúdos a Votos**, pelo programa **JAP — Junior Achievement Portugal** (instituições e participação democrática, literacia financeira, educação para o consumo e empreendedorismo, em parceria com a Boliden Somincor), por iniciativas solidárias e de carácter intergeracional desenvolvidas ao longo do ano — como o Natal Solidário e a Horta Pedagógica — e pelo trabalho do **Clube de Proteção Civil**, que envolveu os alunos mais novos em exercícios de evacuação, na iniciativa nacional «A Terra Treme» e na produção de materiais de sensibilização sobre prevenção de riscos. No ensino secundário, o projeto **Id.E.A.** proporcionou aos alunos experiências de empreendedorismo com apresentação pública de projetos, mostras e intercâmbios entre escolas. A participação alargada no **Desporto Escolar** e em eventos como o Corta-Mato reforçou, por sua vez, hábitos de vida saudável, cooperação e respeito pelas regras.

No plano do **impacto da escolaridade no percurso dos alunos**, os cursos profissionais de dupla certificação — desenvolvidos em estreita ligação com o tecido empresarial e institucional do concelho, designadamente através da formação em contexto de trabalho — têm constituído uma via efetiva de qualificação e de aproximação ao mercado de trabalho, ao passo que os cursos científico-humanísticos asseguram o prosseguimento de estudos dos alunos do concelho e, de forma crescente, de concelhos limítrofes.

Regista-se, por fim, a **valorização dos sucessos dos alunos** e a projeção do Agrupamento a nível regional e nacional: uma aluna do 3.º ano alcançou o **1.º lugar regional** no concurso Leituras na Planície — cuja fase de escola envolveu todas as turmas do 1.º e do 2.º ciclos —, as apresentações públicas do **Cante Alentejano** em iniciativas da comunidade constituíram momentos de valorização do património cultural imaterial local, com os alunos como seus divulgadores ativos, e o trabalho desenvolvido mereceu distinções externas como o galardão **Escola Azul** e o reconhecimento do projeto «**A Ler Mais e Melhor**» no domínio da leitura.

A leitura conjugada destes quatro referentes devolve o retrato de uma escola participada, cívica e enraizada na sua comunidade. A integração, no dispositivo de autoavaliação do próximo ciclo, de indicadores sistemáticos sobre as ocorrências disciplinares e sobre a inserção académica e profissional dos diplomados permitirá completar e aprofundar esta leitura.

6.4 Perceções da Comunidade Educativa

No decurso do ciclo avaliativo (2024/25), a EAA aplicou inquéritos de satisfação aos quatro grupos da comunidade educativa — alunos, docentes, pessoal não docente e encarregados de educação —, organizados em quatro dimensões: qualidade do ensino, ambiente relacional e social, infraestruturas e recursos, e gestão e comunicação. Responderam 334 alunos, 197 encarregados de educação, 60 docentes e 27 assistentes técnicos e operacionais, num total superior a seis centenas de respostas. As questões foram apreciadas numa escala de seis níveis (Muito Bom, Bom, Satisfatório, Pouco Satisfatório, Insatisfatório e Não sei/Não se aplica). Na leitura dos dados, importa distinguir a insatisfação expressa — que se revelou, como se verá, sistematicamente residual — das respostas «Não sei/Não se aplica», que traduzem desconhecimento ou não utilização do serviço em causa e que, por isso, remetem sobretudo para necessidades de divulgação. Atendendo à dimensão de algumas amostras, os resultados devem ser lidos como tendências — ainda assim, tendências claras e convergentes entre os diferentes grupos.

A **qualidade do ensino** é a dimensão mais bem avaliada e aquela em que a convergência entre grupos é mais expressiva. Entre os alunos, a relação pedagógica entre professores e alunos é classificada como Boa ou Muito Boa por 76,2% dos respondentes (258 em 334), com apenas 2,4% de apreciações negativas; valores da mesma ordem registam-se no apoio prestado em contexto de sala de aula (78%), na apresentação e análise dos critérios de avaliação (79%), na adequação dos instrumentos de avaliação (78%) e na transparência e objetividade do processo avaliativo (74%). É igualmente de sublinhar que, na disponibilidade dos professores para ouvir a opinião dos alunos, a resposta mais frequente é «Muito Bom» (40%). Os encarregados de educação confirmam e reforçam esta leitura: 82% avaliam como Boa ou Muito Boa a relação pedagógica e 84% a disponibilidade dos diretores de turma, professores titulares e educadores de infância para prestar esclarecimentos sobre o desempenho dos seus educandos — o item mais bem classificado de todo o inquérito às famílias. Os docentes, por seu turno, fazem uma apreciação exigente e simultaneamente muito positiva das suas próprias práticas, praticamente sem respostas negativas em qualquer item. O único aspeto desta dimensão com leitura menos expressiva — a oferta formativa disponibilizada — deve-se, no essencial, ao peso das respostas «Não sei/Não se aplica» (25% dos alunos e 22% dos encarregados de educação),

e não à insatisfação, que se mantém contida (na ordem dos 10%): um sinal claro de que o desafio é de divulgação, e não de qualidade da oferta.

No **ambiente relacional e social**, os resultados confirmam o clima acolhedor e inclusivo do Agrupamento. A inclusão e aceitação de alunos de diferentes culturas e de alunos com necessidades específicas contam-se entre os itens mais bem avaliados por alunos (77% e 79% de Bom/Muito Bom, sendo «Muito Bom» a resposta modal na aceitação de alunos de diferentes culturas), docentes e encarregados de educação; a sensação geral de segurança no espaço escolar reúne 70% de apreciações Bom/Muito Bom entre os alunos e 88% entre os docentes; e a abertura da escola à comunidade educativa é avaliada como Boa ou Muito Boa por 77% dos alunos. O respeito no trato entre os membros da comunidade e a cordialidade nas relações entre assistentes operacionais e alunos apresentam o mesmo padrão francamente positivo em todos os grupos. Dois itens desta dimensão apresentam maior dispersão de respostas, mantendo embora maiorias positivas: a eficácia na resolução de conflitos (60% de Bom/Muito Bom e 28% de Satisfatório entre os alunos) e a eficácia na identificação e resolução de situações de bullying ou exclusão (60% de Bom/Muito Bom entre os alunos, com 15% de apreciações menos favoráveis). Não traduzindo uma avaliação negativa, esta maior dispersão recomenda que a mediação de conflitos entre pares seja assumida como área de atenção. Já no acesso aos serviços de apoio psicológico e de orientação escolar, a maioria positiva (56% entre os alunos) convive com uma percentagem apreciável de respostas «Não sei/Não se aplica» (18% dos alunos e 16% das famílias), o que reforça a necessidade de divulgação destes serviços.

Na dimensão das **infraestruturas e recursos**, os resultados refletem o investimento realizado no parque escolar. A **biblioteca escolar** constitui o caso mais notável de todo o inquérito: entre os alunos que a avaliaram não se registou uma única resposta negativa, com 87% de classificações Bom/Muito Bom — apreciação acompanhada por docentes (88%) e encarregados de educação (77%). A limpeza dos espaços escolares é avaliada como Boa ou Muito Boa por 95% dos docentes e 79% das famílias; a secretaria, o bar e o refeitório reúnem apreciações claramente positivas em todos os grupos; e as instalações desportivas contam-se, para os alunos — os seus principais utilizadores —, entre os espaços mais bem avaliados (77% de Bom/Muito Bom), sendo a apreciação dos encarregados de educação mais repartida (54% de Bom/Muito Bom e 30% de Satisfatório). Nos espaços de utilização mais específica — gabinete de psicologia, salas de estudo e laboratórios —, a nota dominante é, de novo, o peso das respostas «Não sei/Não se aplica» (43%, 35% e 34% entre os alunos, respetivamente), naturais em serviços que nem todos utilizam, mas convergentes com a necessidade, já identificada, de maior divulgação dos serviços e recursos disponíveis.

Na dimensão da **gestão e comunicação**, a apreciação é igualmente favorável, com nuances relevantes entre grupos. Entre os alunos, a qualidade da informação divulgada pelos diretores de turma destaca-

se com 74% de Bom/Muito Bom (sendo «Muito Bom» a resposta mais frequente), seguindo-se o incentivo à participação na vida escolar (72%) e a divulgação das regras e procedimentos (69%); a valorização das opiniões dos alunos e o empenho da direção na resolução de problemas reúnem 63% de apreciações Bom/Muito Bom, com insatisfação expressa na ordem dos 12%. Os docentes fazem desta dimensão uma leitura francamente positiva: o empenho da direção na resolução de problemas (77% de Bom/Muito Bom), a divulgação das regras, procedimentos e documentos orientadores (77%) e a adequação dos canais de comunicação (72%) atestam a confiança do corpo docente nos circuitos de gestão e comunicação do Agrupamento. Os encarregados de educação avaliam de forma claramente positiva a informação prestada pelos diretores de turma, professores titulares e educadores de infância (76%) e a divulgação das regras e documentos orientadores (68%), com leituras mais repartidas — entre o Bom e o Satisfatório — no incentivo à sua participação e na valorização das suas sugestões. É no pessoal não docente que a leitura, permanecendo maioritariamente positiva (as respostas concentram-se nos níveis Bom e Satisfatório), se revela mais exigente: a divulgação das regras e procedimentos, a valorização das opiniões e sugestões e a adequação dos canais de comunicação registam, neste grupo, percentagens de Pouco Satisfatório/Insatisfatório entre os vinte e os trinta por cento — o sinal mais claro, em todo o inquérito, de uma área a trabalhar, que o Agrupamento assume como prioridade de melhoria da comunicação interna.

Em síntese transversal, três conclusões emergem com clareza. Primeira: o núcleo da missão da escola — a relação pedagógica, o apoio aos alunos, a avaliação das aprendizagens, a inclusão e o clima de segurança — é precisamente o território em que a satisfação da comunidade é mais elevada e mais consensual, mantendo-se a insatisfação expressa residual na generalidade dos itens. Segunda: uma parte substancial das leituras menos favoráveis não traduz insatisfação, mas desconhecimento ou não utilização — o que converte a divulgação da oferta formativa e dos serviços de apoio numa das medidas de melhoria com melhor relação entre esforço e impacto. Terceira: as áreas de atenção identificadas — a comunicação interna com o pessoal não docente, a mediação de conflitos e a divulgação dos serviços — são delimitadas e acionáveis, encontrando-se todas vertidas nos contributos para o Plano de Melhoria. No próximo ciclo, a aplicação periódica dos inquéritos, com amostras reforçadas, permitirá acompanhar a evolução destas tendências.

7. Análise SWOT

Com base no diagnóstico organizacional apresentado nas secções anteriores, sistematiza-se, na matriz seguinte, a leitura integrada dos pontos fortes e das fragilidades do Agrupamento (fatores internos), bem como das oportunidades e das ameaças do contexto em que este desenvolve a sua ação (fatores

externos). Esta matriz servirá de suporte à definição dos objetivos estratégicos do Plano de Ações de Melhoria.

FORÇAS	FRAQUEZAS
• Taxas de sucesso elevadas e estáveis em todos os ciclos de ensino, com resultados de exame acima da média nacional em várias disciplinas; • Corpo docente experiente e com estabilidade crescente (reforço dos quadros e redução da rotatividade); • Plano Anual de Atividades com elevado grau de concretização e rede consolidada de programas, clubes e projetos de referência, com reconhecimento regional, nacional e internacional; • Escola-sede profundamente requalificada e parque escolar do pré-escolar e do 1.º ciclo renovado; • Forte ligação ao território — com a Reserva da Biosfera de Castro Verde como marca identitária — e à cultura local (Cante Alentejano); • Integração na Rede de Escolas Associadas da UNESCO (2025) e crescente internacionalização (Erasmus+) e reconhecimentos externos (Escola Azul, “A Ler Mais e Melhor”); • Clima relacional positivo e práticas consistentes de inclusão de alunos com necessidades específicas e de diferentes culturas; • Equipa de técnicos especializados (psicologia, terapia da fala, intervenção local) ao serviço da comunidade.	• Qualidade do sucesso no 3.º ciclo (taxa de sucesso total próxima dos 65%) e fragilidade da transição para o 10.º ano de Línguas e Humanidades; • Dispositivo de autoavaliação insuficientemente sistematizado (periodicidade da recolha, representatividade das amostras, devolução de resultados); • Comunicação interna com margem de progressão, sobretudo com o pessoal não docente, e défice de divulgação da oferta formativa e dos serviços de apoio; • Acentuado envelhecimento do corpo docente e elevado número de reduções da componente letiva (art. 79.º do ECD); • Edifício da Escola E.B. 2,3 a necessitar de requalificação e instalações desportivas com apreciação mais reservada por parte dos encarregados de educação; • Oferta formativa condicionada pela dimensão do Agrupamento (dois cursos científico-humanísticos; dificuldade em assegurar disciplinas opcionais); • Desvio entre a avaliação interna e os resultados de exame em algumas disciplinas. De referir que a avaliação interna resulta de um trabalho continuado ao longo de 2/3 anos e o resultado do exame espelhar um momento único de avaliação.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
• Proximidade e articulação com o Município e as Juntas de Freguesia, no quadro da descentralização de competências; • Reserva da Biosfera da UNESCO enquanto recurso educativo diferenciador e porta de acesso a redes nacionais e internacionais;	• Interioridade e baixa densidade demográfica do território, com impacto na dimensão das turmas e na oferta autorizada; • Escassez nacional de docentes e reduzida atratividade dos horários a concurso, que compromete a lecionação de disciplinas específicas;

• Rede alargada de parcerias institucionais e empresariais (autarquia, LPN, ULSBA, CRBA, Boliden Somincor, ADPM, Ciência Viva, entre outras) e de programas nacionais e europeus (Erasmus+, Escola Azul, Desporto Escolar, Ciência Viva); • Crescimento da população discente e procura crescente por parte de alunos de concelhos limítrofes; • Diversidade cultural e linguística crescente da população escolar, enquanto recurso educativo e fator de enriquecimento.	• Vaga previsível de aposentações num curto espaço de tempo, com risco de descontinuidade pedagógica; • Constrangimentos na autorização de turmas e cursos pelos serviços centrais, decorrentes da dimensão do Agrupamento; • Crescimento do número de alunos sem o português como língua materna, exigindo recursos adicionais nem sempre disponíveis.
---	---

Quadro 14 — Matriz SWOT do Agrupamento de Escolas de Castro Verde

Da leitura cruzada da matriz resulta a orientação estratégica do próximo ciclo: mobilizar as forças do Agrupamento — a vitalidade do seu serviço educativo, a ligação ao território e a estabilidade crescente dos seus profissionais — e as oportunidades do contexto para atacar, de forma planeada, as fragilidades identificadas, prevenindo simultaneamente o impacto das ameaças externas. É essa a lógica que preside aos contributos para o Plano de Melhoria apresentados na secção seguinte.

8. Contributos para o Plano de Melhoria

A matriz SWOT apresentada na secção anterior não vale apenas pelo inventário que faz; vale, sobretudo, pela leitura cruzada que permite. É desse cruzamento — do confronto entre as forças e as fragilidades internas, iluminado pelas oportunidades e ameaças do contexto — que emergem as áreas de intervenção a verter no Plano de Ações de Melhoria (PAM), com ações concretas, metas, intervenientes, calendarização e mecanismos de monitorização.

A primeira decorrência da matriz situa-se no próprio processo que a produziu. O Agrupamento dispõe hoje de instrumentos consolidados — modelos uniformizados, o projeto PAR.5, o sistema EQAVET, inquéritos de satisfação aplicados à comunidade —, mas a fragilidade identificada na sistematização do dispositivo de autoavaliação (periodicidade da recolha, representatividade das amostras, devolução de resultados) condiciona a fiabilidade de todas as restantes leituras. Reforçar este dispositivo — estabilizando a composição e o plano de trabalho da EAA, definindo um calendário regular de recolha e tratamento de dados, revendo os instrumentos de auscultação e assegurando a monitorização das ações de melhoria e a devolução regular de resultados à comunidade — é, por isso, a prioridade que sustenta todas as outras.

Uma segunda linha de intervenção resulta do contraste, bem visível na matriz, entre a vitalidade do serviço educativo e o défice da sua comunicação. As perceções recolhidas mostram que parte das

leituras menos favoráveis traduz desconhecimento, e não insatisfação: importa, assim, divulgar de forma mais eficaz a oferta formativa — cursos profissionais e disciplinas opcionais — e os serviços de apoio psicológico e de orientação vocacional junto de alunos e famílias; adequar os canais de comunicação interna, a divulgação de regras e procedimentos e os mecanismos de auscultação dirigidos ao pessoal não docente — o grupo que, nos inquéritos, se revelou mais exigente nesta matéria —; e reforçar os circuitos de auscultação das famílias. No mesmo plano relacional, a maior dispersão de respostas quanto à mediação de conflitos e à resposta a situações de bullying justifica o reforço dos mecanismos de mediação e acompanhamento de conflitos entre pares, envolvendo docentes, pessoal não docente e os serviços técnicos especializados, bem como a divulgação clara dos procedimentos de atuação.

No plano dos resultados, a força inscrita na matriz — taxas de sucesso elevadas e estáveis, com resultados de exame acima da média nacional em várias disciplinas — convive com a fragilidade mais persistente do diagnóstico: a qualidade do sucesso no 3.º ciclo, cuja taxa de sucesso total estabilizou num patamar próximo dos 65%. O PAM deverá contemplar medidas de apoio à aprendizagem centradas no 7.º ano, enquanto momento crítico de transição de ciclo, e no 9.º ano, cuja recuperação iniciada em 2025/26 importa consolidar, bem como o acompanhamento reforçado da transição para o 10.º ano do curso de Línguas e Humanidades, o ponto de entrada mais frágil do ensino secundário. A par disso, a distância entre a avaliação interna e os resultados dos exames nacionais em algumas disciplinas deverá ser objeto de reflexão nos departamentos curriculares, no quadro da aferição de critérios e instrumentos de avaliação.

Duas dinâmicas do contexto exigem resposta antecipada. A primeira é demográfica e profissional: o cruzamento entre o acentuado envelhecimento do corpo docente e a escassez nacional de professores recomenda o planeamento atento da renovação dos quadros, da integração de novos docentes e da transmissão do conhecimento institucional entre gerações, bem como a gestão criteriosa da distribuição de serviço face ao elevado número de reduções da componente letiva ao abrigo do artigo 79.º do ECD. A segunda é cultural e linguística: o crescimento da população estrangeira — que a matriz regista, simultaneamente, como oportunidade de enriquecimento e como exigência acrescida de recursos — recomenda o reforço do ensino de Português Língua Não Materna, a promoção da mediação intercultural e a criação de espaços de convivência que favoreçam a integração plena de todos os alunos, dando continuidade ao trabalho desenvolvido no âmbito do Projeto Cultural de Escola.

Por fim, importa proteger e aperfeiçoar aquilo que a matriz identifica como força maior do Agrupamento. Da avaliação da execução do PAA resultam indicações concretas: aperfeiçoar a calendarização das atividades, reduzindo sobreposições; reforçar a avaliação formativa das ações,

envolvendo os alunos como coavaliadores; otimizar a plataforma de gestão do PAA; e promover o equilíbrio entre atividades de curta e de longa duração, valorizando os projetos com continuidade, cuja eficácia ficou demonstrada. No plano das infraestruturas, mantém-se como prioridade a requalificação do edifício da Escola E.B. 2,3 Dr. António Francisco Colaço — a principal necessidade do parque escolar —, a par da atenção às instalações desportivas, cuja apreciação pelos encarregados de educação se revelou mais reservada. Assim delimitadas, estas áreas de intervenção constituem matéria adequada para um PAM com metas mensuráveis, responsáveis identificados e monitorização regular — condição para que a autoavaliação cumpra a sua finalidade última: melhorar, de forma sustentada, o serviço educativo prestado.

9. Considerações Finais

O presente relatório consolida o trabalho de autoavaliação desenvolvido ao longo do período 2022–2026, dando cumprimento ao quadro legal em vigor e, sobretudo, ao compromisso do Agrupamento de Escolas de Castro Verde com uma cultura de reflexão sistemática sobre as suas práticas e os seus resultados.

A leitura global devolve um retrato claramente positivo. O Agrupamento atravessou um período de transformações profundas — a requalificação da Escola Secundária, o crescimento e a diversificação da população discente, o reforço da estabilidade do corpo docente — mantendo taxas de sucesso consistentemente elevadas em todos os ciclos e encerrando o período com sinais de melhoria na qualidade do sucesso. A vitalidade do serviço educativo é, porventura, a marca mais distintiva destes anos: um Plano Anual de Atividades com elevado grau de concretização, uma rede de programas, clubes e projetos de referência consolidada e reconhecida, resultados sociais que projetam o nome do Agrupamento a nível regional e nacional e a concretização de uma meta estratégica com significado especial: a integração, em 2025, na Rede de Escolas Associadas da UNESCO — o selo natural de uma escola que fez da Reserva da Biosfera a sua marca identitária.

O processo de autoavaliação cumpriu, porém, a sua função mais exigente: identificar, com rigor e sem complacência, as áreas em que o Agrupamento pode e deve melhorar. A qualidade do sucesso no 3.º ciclo, a comunicação com o pessoal não docente e com as famílias, a divulgação da oferta e dos serviços de apoio existentes, o envelhecimento do corpo docente, a requalificação da Escola E.B. 2,3 e — em primeiro lugar — a consolidação do próprio dispositivo de autoavaliação constituem desafios concretos, delimitados e acionáveis, matéria adequada para um Plano de Ações de Melhoria com metas mensuráveis e monitorização regular.

Importa sublinhar que este documento não encerra um processo: inicia um novo ciclo. As conclusões aqui apresentadas serão devolvidas à comunidade educativa e discutidas nos órgãos próprios do Agrupamento, servindo de base à elaboração do Plano de Ações de Melhoria e à atualização dos documentos estruturantes. A EAA, com um dispositivo reforçado, dará continuidade à monitorização dos indicadores identificados, garantindo que a autoavaliação se afirma como prática regular e útil, e não como exercício pontual de cumprimento formal.

Por fim, regista-se um agradecimento a todos os que participaram neste processo — alunos, encarregados de educação, docentes, pessoal não docente e parceiros —, cujo envolvimento tornou possível este diagnóstico e o trabalho que ele documenta. É desse envolvimento coletivo, e da responsabilidade partilhada que ele traduz, que depende a melhoria contínua do serviço público de educação prestado pelo Agrupamento de Escolas de Castro Verde.

Documento apresentado em Reunião de Conselho Pedagógico em 21/07/2026